

A distância na carne: mundo agrário, escravidão e fronteira nos Campos de Curitiba (séculos XVIII e XIX)

Carlos A. M. Lima

O que se enfatiza aqui, através do uso de fontes como registros paroquiais, inventários *post mortem* e recenseamentos, é a necessidade de, no caso do Paraná nos séculos XVIII e XIX (análogo ao da maior parte do Brasil na época), agregar os conhecimentos obtidos através da noção de fronteira agrária móvel àqueles derivados do uso da idéia de que se tratava de economia não-exportadora. Sabe-se do então ralo povoamento do Paraná, mas também da forte tendência de crescimento da população local, antes mesmo da imigração européia mais maciça, que só ganhou importância nos últimos anos do século XIX. Estimava-se na época que a população livre da área teria crescido entre 1854 e 1868 à estupenda taxa geométrica de 4% ao ano¹. Não creio que esta taxa possa se tornar compreensível a partir do manejo do noções como a de “periferia da periferia”². Ela, por outro lado, responde bem à percepção embasada na idéia de economia não-exportadora³, à medida que as necessidades do abastecimento interno cresciam ainda mais durante o século XIX. Mas defenderei que, apesar disso tudo, esse é um tipo de fenômeno que requer, para ser compreendido, que se parta da percepção básica de que havia uma fronteira agrária em intenso movimento.

A população escrava do que viria a ser o Paraná cresceu bastante entre o final do século XVIII e o início do seguinte, mas apenas para atingir um teto de cerca de 10.000 cativos. Nesse patamar ela permaneceu estacionária até a década de 1870, momento em que ela começou a decrescer como resultado do tráfico interprovincial⁴.

Importantíssimo lembrar que as pequenas escravarias locais eram o fundamento da reprodução das também modestas elites que se verificavam no local. Afinal, já foi mostrado que, mesmo em áreas muito decadentes, como São José dos Pinhais, e em relação à década de 1880, escravos se faziam presentes entre os ativos dos detentores das maiores fortunas locais⁵.

Se assumirmos que, por volta de meados do século XIX, cerca de metade do território paranaense estava ocupado pela sociedade imperial, a densidade demográfica resultante não ultrapassaria de modo algum um habitante por quilômetro quadrado, e isso tomando-se em consideração apenas a parcela ocupada (haveria pouco mais de cem mil habitantes). Sendo esta a metade, ou menos, do território total, tratava-se de número bem inferior à metade da densidade brasileira no intervalo⁶.

Voltando às elites locais, é difícil imaginar sistemas de obtenção de força de trabalho outros que não a escravidão. É verdade haver indícios de que, no final do século XIX, estavam sendo instituídos mecanismos aptos a intensificar formas de dependência de camponeses frente negociantes locais. Análises do topo da pirâmide social local apontam que, durante a segunda metade do século XIX, os montantes devidos foram decrescendo, provavelmente como resultado de não se estar mais adquirindo cativos de fora da província. No entanto, as dívidas ativas dessas mesmas elites locais, embora empobrecidas estas últimas, mostraram tendência a manter-se elevadas. Menos devedores para fora da província, mais credores para dentro de cada município, era isso que, aparentemente, estava acontecendo com as elites locais⁷.

De outra parte, as mesmas condições de ampla oferta de terras conduziram à atração de migrantes internos, ricos e pobres. Os primeiros, basicamente durante o século XVIII, como se nota indiretamente através da dinâmica da população escrava de Curitiba, o que será visto a seguir. Os segundos, isto é, migrantes depauperados, tanto no século XVIII quanto no seguinte.

Início com a chegada de migrantes pobres. Suas chegadas podem ser observadas indiretamente através da constatação da presença de uma massa bem razoável de descendentes livres de escravos na população paranaense. O contingente escravo local era não só pequeno como recente, de modo que os ancestrais daquele contingente não tiveram como produzir um número de negros e pardos livres bem maior que o de escravos. Por outro lado, a presença de negros e pardos livres é uma excelente *proxy* para a presença de pobres livres, pois eles certamente eram os livres que com maior segurança podemos incluir entre os depauperados, faltando outras informações.

Na tabela 1 (final do texto) seguem as informações a respeito da participação de descendentes de forros na população de Castro e de Curitiba, bem como da parcela que compunham dos designados nas listas nominativas como cabeças de domicílio. Informa-se também na tabela a proporção de migrantes internos entre os descendentes de libertos cabeças de domicílio, quando o dado estivesse disponível na fonte.

A parcela dos migrantes era substancial, assim como era importante a participação dos descendentes de forros na população livre e na chefia de domicílios. Este último dado indica que aqueles migrantes ali chegavam atraídos pela disponibilidade de terra, o que é corroborado pelos valores observados em Palmeira, então uma das parcelas de Curitiba mais distantes do núcleo original da vila.

Não basta constatar a presença dos migrantes pobres entre os chefes de fogos para sustentar que eles, exemplificados pelos negros e pardos livres, buscavam a vida “sobre si”, e não como agregados ou dependentes. É preciso observar de que modo e em que circunstâncias eles tinham que recorrer àquela condição dependente. A historiografia vem sugerindo, desde Laslett⁸, que observar a distribuição dos dependentes por idades é de grande valia para capturar o significado da posição de “agregado”, ou de “*servant*” na Inglaterra moderna (tabela 2).

Vê-se com clareza que, em todas as circunstâncias abordadas na tabela, a condição de agregado era transitória nos trajetos dos depauperados. Isso se mostrava com mais clareza em Castro que em Curitiba, e isso se devia a que o avanço do processo de ocupação de baldios era mais intenso na Castro de 1835 que na Curitiba de 1797, sendo esta última área mais antiga. Um quinto ou menos dos descendentes de forros eram agregados na infância e em sua fase púbere. Com o avanço das idades, quando atingiam a maturidade, a proporção de agregados diminuía ainda mais, passando a oscilar ao redor do um décimo. Note-se que a participação dos agregados está, inclusive, superestimada: incluí entre eles todos os que, livres, não fossem cônjuges ou filhos dos cabeças de domicílio, de modo que, nas linhas “agregados” da tabela, estão incluídos os netos dos chefes de fogo, assim como seus genros, noras, irmãos, sobrinhos, irmãos, pais e mães. A hipótese resiste até mesmo a esse procedimento que vai contra ela. É verdade que a proporção de agregados entre os descendentes livres de escravos era maior que entre os brancos. Mas ainda assim o caráter transitório da situação de dependente fica evidente.

Os dados sobre ocupações de descendentes de libertos que podem ser obtidos em listas nominativas requerem alguns comentários (ver, na tabela 3, ao final do texto, a situação em Castro, 1835). Os censos atribuem ocupações aos chefes de domicílio, apenas, e não para todas as pessoas de cada fogo que também trabalhavam. Quanto a estas últimas, aparecem apenas pistas (informações sobre filhos “ausentes”, indicando participação no comércio de tropas, por exemplo), e assim mesmo muito ocasionalmente. Por outro lado, tendia-se, como se sabe, a combinar ocupações no intervalo, e isso não era claramente lançado nos documentos. No entanto, novamente havia pistas, as quais foram tomadas em consideração (gente com ocupações declaradas não-agrárias, mas em cujos dados aparecia o quanto de milho ou feijão haviam vendido no ano, por exemplo). Havia ainda os casos, sempre confusos, dos que eram descritos como gente que plantava “para seu gasto”, mas em cujo registro foi lançada também a

quantidade de milho ou feijão vendido ou a de cabeças de gado marcadas. Em virtude de tudo isso, considere todas as referências a ocupações e tudo aquilo que podia ser inferido quanto a ocupações no caso de cada um dos domicílios considerados.

Pode-se ver que, como apontado pela bibliografia⁹, os descendentes de forros não estavam excluídos das atividades agrárias exercidas em diversos níveis. Por outro lado, não apareciam exercendo o comércio de maior fôlego.

Um sinal de extrema pobreza aderiu a eles. A maioria dos fogos onde se “planta[va] para o gasto”, apenas, era chefiado por descendentes de forros, embora os fogos nessa situação fossem poucos em Castro. Mas essa situação de agricultura decadente atingia apenas 10% dos domicílios dos negros e pardos livres.

Por outro lado, um sinal de falta de autonomia se associava aos descendentes de libertos. A participação de seus fogos era quase sempre alta quando se tratava daqueles descritos como vivendo de jornais ou de salário. Mas a imagem que se tem disso precisa de ressalvas. Quase metade do pessoal do “salário”, ou dos “jornais” combinava isso com algum tipo de atividade autônoma (plantavam para o sustento, venderam produção agrária, marcaram algum gado).

Uma coisa que ajuda a entender isso é levar em conta os preços da terra em partes do Paraná muito voltadas para a agricultura de abastecimento. Assim é que, para dialogar com a imagem de uma população em acelerado processo de crescimento em confronto com padrões brasileiros, podem ser observados os dados organizados no gráfico 1, inserido ao final deste texto. Nele estão expressos os preços do alqueire de capoeiras (terra destinada ao cultivo de alimentos e coberta por mato em processo de recomposição após utilização anterior) entre 1872 e 1885. É a única medida que até agora foi possível obter, pois não era comum, nos inventários, fornecerem-se as medidas de terrenos avaliados. A imagem resultante é de estabilidade, ou mesmo de um leve decréscimo. Penso que só o fato de não haver constrangimentos na oferta de terra pode explicar a combinação de preços estáveis de terra para cultivo de milho com população fortemente crescente.

Então é possível, como foi feito até agora, colecionar indícios de um aspecto relativamente franqueado do acesso aos recursos produtivos na fronteira. Nesse ambiente de forte expansão da população presente, no entanto, os indicadores de concentração dos recursos mantiveram um patamar resistente a alterações (tabela 4).

Quando se observam os dados baseados em listas nominativas sobre concentração da posse de escravos calculados levando em conta todos os fogos, vê-se

que o indicador permanecia dando informações sobre formas de grande concentração. Manifesta-se às vezes uma certa impressão de que o indicador que dava maiores valores – concentração da posse levando em conta todos os fogos – reteria alguma artificialidade em virtude do grande número de domicílios sem escravos (muita gente não teria escravos por não necessitar deles). Mas essa impressão se desvanece ao observarmos o indicador da concentração dos rendimentos declarados em Castro, em 1835. Por este último se vê que aquele indicador da concentração da posse de escravos descreve uma situação bem plausível de retenção dos recursos mais amplos por minorias estritas. Por vezes aparece a pressuposição de que o grande número de domicílios sem escravos constituiria indicador de relativa igualdade nas condições locais, mas é preciso insistir no inverso: como a concentração da posse de escravos era parecida com aquela dos rendimentos, a presença dos fogos sem escravos indicava mesmo hierarquia.

Embora o índice de gini da concentração da posse de escravos e administrados durante o século XVIII seja mais baixo, tal se deve a que ele está baseado em observações feitas usando os registros de óbitos. Assim, só foi possível considerar as pessoas que efetivamente enterraram escravos ou índios.

Os indicadores baseados em inventários permitem cruzar informações sobre a concentração de escravos com a de patrimônio inventariado e com a de empates (e não extensões de) terra. A concentração dos montantes empatados em terra segue de perto a dos montes-mores, o que significa que obter terra efetivamente não era um problema. Sua posse caminhava paralelamente à retenção da riqueza inventariada, e isso em uma situação desigual, mas ela não parece ter sido absolutamente monopolizada pelos mais afortunados. O indicador relativo à terra mostra-a mesmo um pouco menos concentrada que a riqueza inventariada, mas não é possível obter segurança quanto a isso, pois a diferença é muito pequena.

Isso era de se esperar em tão sociedades nitidamente agrárias quanto aquela de que se trata aqui. O ponto é fundamental: fortíssima concentração de quase todos os ativos, menos da terra. Resultava disso a possibilidade de estabelecimento para migrantes internos pobres, mas também um resultado geral apontando para grande hierarquização. Mesmo localidades tão pequenas quanto Lages apresentavam indicadores de concentração da posse de escravos tão elevados quanto municípios bem maiores, como Curitiba ou Castro.

Uma questão importante quanto ao século XVIII é saber se, nesse intervalo em que, teoricamente, se estaria assistindo a tentativas do governo da capitania para reprimir o fenômeno da administração particular¹⁰, estava acontecendo substituição da mão-de-obra indígena pela africana. Já sabemos que sim, desde os trabalhos de Stuart Schwartz sobre a área de Curitiba¹¹. Podem-se obter até mesmo algumas indicações diferentes, apontando para a substituição em períodos até mais recuados. Schwartz usa os registros de batismo, e estes são marcados pelas composições diversas das populações escrava e administrada; o contingente administrado era marcadamente feminino, ao passo que o escravo era, nessa época, fortemente masculino; assim se explica que as mães administradas continuassem a aparecer no registro de batismo em números maiores que as mães escravas, mesmo após a presença de descendentes de africanos ter ultrapassado, na população, os números dos administrados.

Outra coisa que podemos saber observando exclusivamente os assentos de sepultamento de escravos e administrados é a relação entre os possuidores de uns e de outros. A hipótese corrente é a de que, do ponto de vista da área em seu conjunto, os administrados precederam os escravos, talvez como forma de acumulação. É preciso verificar isso. Caso se confirme, o mesmo se passava no interior de cada propriedade? É possível reter a imagem de que pessoas se apropriavam do trabalho indígena até o ponto em que se tornava possível a elas transitarem para o uso de trabalhadores escravos? Para obter algumas respostas a essas perguntas, foi construído o gráfico 2 (final do texto), baseado nos registros de óbitos de escravos e administrados, que invariavelmente informavam o possuidor. Deve-se considerar que o que se conta no gráfico são os possuidores, e não os índios e escravos. Os dados estão, ademais, organizados segundo o início da carreira de enterrador de cativos dessas pessoas, e não de acordo com a época em que começaram a possuir os dependentes. Eles são classificados ali segundo tenham enterrado, ao longo de todo o seu percurso, só escravos, só índios, ou ambos.

A primeira coisa que se nota observando o gráfico é que os possuidores de ambos sempre constituíram minoria. A segunda é o fato de que os possuidores apenas de escravos sempre foram a situação mais freqüente. Percebe-se também a perda de importância, a partir de meados do século (mas apenas a partir de então), dos donos apenas de administrados, o que já sabíamos desde os trabalhos de Stuart Schwartz. Além disso, se observarmos as curvas relativas a donos só de índios e a possuidores de ambos, veremos que os que se apropriavam de ambos não estão no meio do processo, como forma transitiva. Eles estão no início do processo, sendo depois ultrapassados em

número pelos donos apenas de administrados (os proprietários apenas de escravos foram sempre preponderantes, como visto). Fica difícil, portanto, dizer que a apropriação de índios foi acumulação prévia para a aquisição de escravos. Esta sugestão fica reforçada pela observação de que, aí pelo meio do século, houve especialização. Os possuidores de apenas administrados *não* estavam no começo do processo de implantação dessas formas de cativeiro em Curitiba.

O gráfico mostra a distribuição percentual (porque os períodos não são homogêneos), mas vale a pena atentar para números absolutos por um momento. Até o final da década de 1750, a cada decênio iniciavam suas carreiras de enterradores de cativos pouco mais de vinte possuidores de administrados (só de índios ou de administrados em combinação com escravos). Nos anos 1760, foram nove os preadores novos, tendo passado a quatro entre 1770 e 1777. Como os sepultamentos de administrados continuaram após o Diretório pombalino, embora em números decrescentes, fica a sugestão de que este último teve mais sucesso em proibir a escravização de índios que em impedir a manutenção dos já preados. Por fim, a curva da presença de enterradores só de administrados sugere que em meados do século XVIII houve alguma fartura da preação, o que deixa uma suspeita importante: é preciso verificar até que ponto os conflitos armados no Extremo-Sul, incluindo a chamada Guerra Guaranítica, não estiveram na base de muitos processos de incorporação de índios à administração particular. Afinal, o crescimento do número de possuidores apenas de administrados acompanhou o ritmo do estabelecimento dos contatos meridionais ligados ao estabelecimento do negócio de tropas de muares.

Quanto a essa questão da procedência dos administrados, é interessante observar os números de sepultamentos em Curitiba, com particular atenção aos anos 1750. Houve então um forte ápice na curva do movimento anual de óbitos de administrados. É sempre difícil interpretar um comportamento destes a partir de uma curva de sepultamentos. Um ápice pode significar que o grupo focalizado estava muito presente na população. Mas também pode indicar o exato inverso disso. O ápice poderia, por exemplo, indicar apenas o mais evidente, ou seja, um acréscimo de mortos.

A questão peculiar no tocante a índios, no entanto, é que as duas coisas vão aparecer ao mesmo tempo nesse tipo de documento. Em outras palavras, chegadas súbitas de números desproporcionais de índios vão significar, além, evidentemente, do aumento de seu número, aumento também, e substancial, de suas mortes, graças aos já conhecidos fenômenos ligados ao chamado choque microbiano. Assim, há muito boas

chances de que o ápice na curva de sepultamentos de administradas na década de 1750 tenha significado muitas chegadas de gente nova. O movimento anual de óbitos de administrados ajuda a pensar. Enterravam-se em média cinco administrados ao ano em Curitiba entre 1747 e 1753. Mas em 1754 foram 13; em 1755, 3 e em 1756, 14. retornou-se, então a uma média de quatro ao ano entre 1757 e 1763.

Os números são muito pequenos, o que de si já é sugestivo. Mas ainda assim é claramente perceptível o ressalto em 1754 e 1756. Caso nos recordemos de que a Guerra Guaranítica ocorre no Sul exatamente entre 1753 e 1756, creio que se tem aí uma pista sobre procedências, embora ainda não pareça plenamente esclarecida, dada a bibliografia, a participação de paulistas nos contingentes envolvidos na guerra¹².

Há evidências em sentido inverso, por outro lado. Tendo em vista uma curva do movimento de óbitos de administrados, comparado com o de escravos, vê-se não ter havido auge súbito dos óbitos de administrados que não fosse também uma ascensão no número de óbitos de escravos, o que faz lembrar o esquema montado há já muitos anos por Dauril Alden e Joseph Miller sobre a correlação entre desembarques de africanos e surtos epidêmicos na América Portuguesa¹³. Desse modo, o pico dos óbitos de administrados da década de 1750 não significaria exatamente aumento rápido de seus números, corroborando a imagem de que muitos proviriam do Extremo-Sul e seus conflitos. Antes, significaria tão somente epidemias particularmente violentas.

Pasquale Petrone indicou, a partir de documentação qualitativa, o início, na década de 1720, de um movimento de expansão das capturas na direção Oeste, a partir de São Paulo. Isso, como é sabido, levou à preação de Paiaguás, Guaicurus, Caiapós e Parecis. Mas a esse tipo de movimentação seguiu-se outro, que fez a preação chegar até o Rio Grande do Sul e a Colônia do Sacramento¹⁴.

De um modo ou de outro, Bougainville dá algumas indicações a respeito dos tipos de interação dos “paulistas” do outro lado da fronteira com o atual Uruguai em 1767. Diz ele:

“Algunos malechores escapados a la justicia se han retirado al norte de las Maldonadas; desertores se han unido a ellos; insensiblemente, el número ha crecido; han tomado mujeres entre los indios y comenzado una raza que no vive más que del pillaje. Van a robar bestias en las posesiones españolas, para conducir las a las fronteras del Brasil, donde las cambian con los paulistas por armas y vestidos. Desgraciados los viajeros que caen en sus manos! Se asegura que son actualmente más de seiscientos. Han abandonado su primera residencia y se han retirado mucho más lejos, hacia el Noroeste”¹⁵.

A questão não pode ser fechada de modo algum com a documentação tratada. Mas é importante que essas pistas fiquem disponíveis.

O mais decisivo, no entanto, é reforçar a constatação de que os proprietários só de escravos foram a situação preponderante entre os donos de dependentes desde o início do século. Isso indica que uma voracidade em se apropriar de trabalho, em virtude da abundante oferta de áreas novas, é mais capaz de explicar a dinâmica dos processos que a situação periférica ou a comparativa pobreza local, embora essa pobreza seja inegável, sempre em termos comparativos.

Avalio que a historiografia vem formulando uma tipologia de populações escravas centrada basicamente em três tipos: regiões com contingentes bem grandes de mancipios e com alta desproporção em favor dos homens entre os adultos, em virtude da presença nelas de altas proporções de africanos tornadas possíveis pelo caráter exportador das atividades; regiões com relativa igualdade nos números de homens e mulheres entre os adultos e com atividades voltadas para o abastecimento interno que só permitiriam reprodução endógena das escravarias e, por fim, áreas com contingentes escravos pequenos, com pequena participação na população total, mas ao mesmo tempo com uma desproporção nos números de cada sexo em favor dos homens entre os adultos, embora em alguns casos estes pudessem ser crioulos. Estas últimas, que enfatizo aqui por parecer-me ter sido o caso do Paraná em diversos momentos, seriam, deve-se supor, o resultado de processos migratórios de escravistas acompanhados de seus cativos, ou de uma parte de suas escravarias, quando se tratasse de processos de expansão absenteísta em situação na qual não se formavam áreas exportadoras. Tratar-se-ia de áreas de fronteira não-exportadora, apesar de escravistas, no topo da sociedade.

No caso do Paraná, creio ser necessário pensar que o chamado equilíbrio entre os sexos só foi válido para alguns períodos, seguindo-se a situações mais ou menos longas derivadas da terceira categoria de populações escravas¹⁶.

Nesse sentido, organizei o gráfico 3, baseado e registros de óbito de escravos coletados para Curitiba para o século XVIII e para as primeiras décadas do século XIX. Ali, fica bem clara a passagem da situação de fronteira não-exportadora para aquela de escravidão com reprodução endógena e voltada para a produção para o mercado interno.

Na rapidamente crescente população escrava da Curitiba do século XVIII, os homens predominavam largamente, embora tudo indique que a parcela africana desse contingente cativo fosse bem pequena (os registros de óbitos quase nunca referem procedências africanas). Foi somente nos primeiros anos do século XIX que os números

de homens e mulheres entre os escravos sepultados se tornaram parecidos, refletindo situação que deve ter se configurado nos últimos anos do século anterior (a redução no número de sepultamentos deveu-se ao desmembramento da freguesia de Curitiba para a formação da de Nossa Senhora da Conceição do Tamanduá).

Esse tipo de coisa se passava um pouco por toda parte no Paraná, no início do assentamento em áreas destinadas a produzir para o mercado interno. A conexão entre produção escravista para o mercado interno e equilíbrio entre os números de homens e mulheres na população escrava adulta não era universal. Escravistas migravam com seus escravos (por isso os africanos eram poucos entre os homens majoritários), e os ganhos não eram suficientes para permitir grandes aquisições de escravos novos, africanos ou crioulos.

Deve ser enfatizado, apesar de óbvio, o fato de que a atuação de fatores demográficos não pode explicar tão excessiva maioria masculina. É preciso pensar em migrações de proprietários, carregando seus escravos homens consigo, à medida que se dirigiam para áreas novas e freqüentemente de vida difícil.

No final do século, como foi dito, estabeleceu-se o equilíbrio entre os sexos, como se diz. É importante ressaltar que isso é perceptível tanto através dos censos quanto pelos óbitos, e essa simultaneidade dá alguma segurança à avaliação da questão a partir dos sepultamentos.

Já foram analisadas as mudanças operadas durante o intervalo do tráfico ilegal de africanos no ambiente escravista paranaense¹⁷. O número de escravos importados aumentou, embora com oscilações muito fortes. Isso se repetiu no Paraná, onde além do mais se manifestaram os efeitos da descentralização dos portos escravistas, com a qual Paranaguá viu acrescida sua tendência a receber cativos do Velho Mundo. A tendência à relativa igualdade nos números de ambos os sexos na população escrava adulta não foi totalmente abandonada, mas houve um acréscimo, discreto mas estável, na parcela masculina do contingente, na direção de uma leve maioria, a qual só viria a ser revertida com o estabelecimento do tráfico interprovincial da segunda metade do século. Como estamos vendo, a fronteira expansiva atraía tanto depauperados em busca de terra, quanto gente graúda, conduzindo a indicadores de, simultaneamente, forte presença de pobres autônomos e forte concentração de recursos, o que se devia a que as condições das áreas novas produziam concentração de diversos recursos decisivos, especialmente os ligados à provisão de trabalho, mas não a monopolização da terra.

Isso significa que, dadas certas condições, essa mesma fronteira podia exibir uma agressividade muito grande para a aquisição de africanos. Assim é que, entre 1832 e 1841, na freguesia de Campo Largo (que, embora próxima a Curitiba, concentrava os espaços vazios e as grandes fazendas de gado próximas daquela vila), dentre 131 escravos batizados, 37, ou 28,2%, eram adultos africanos (devia haver sub-registro tanto de crianças crioulas, quanto de adultos africanos nos assentos de batismo)¹⁸. Em outros termos, e não obstante a pequenez da população escrava local, o intervalo do tráfico ilegal permitiu que, a cada 7 escravos incorporados às escravarias, de acordo com os registros de batismo, dois fossem africanos. Proporcionalmente, isso não é pouco, o que pode ser monitorado através de ao menos um dado comparativo. José Roberto Góes, calculou a percentagem de adultos entre os escravos batizados na freguesia de Inhaúma, do Rio de Janeiro, entre 1817 e 1842. Chegou à percentagem de 29,6%¹⁹, e a proporção análoga em Campo Largo é inteiramente comparável a ela. É de se notar que no ambiente em torno da área tratada por Góes os africanos podiam compor cerca de metade dos escravos²⁰. É claro que tal participação africana jamais se observou em Campo Largo, ou em áreas parecidas, dado que o ritmo intenso das importações de africanos só se verificou ocasionalmente, como resposta a estímulos peculiares derivados do próprio mercado de africanos. No entanto, o ponto que desejo ressaltar é exatamente essa capacidade de responder a estímulos ocasionais com uma voracidade muito nítida²¹.

A disponibilidade de terra, assim, pode explicar tanto o equilíbrio entre os sexos como, em ocasiões específicas, o desequilíbrio na mesma questão. Explica o equilíbrio porque, em se tratando de área não exportadora, mas com demanda acesa por força de trabalho, a escravidão sem exportação se implantava com facilidade, e de um modo tal que a ausência de exportações constringia o acesso ao mercado de africanos, levando a população escrava crioula e, portanto, a números parecidos de escravas e escravos adultos. Mas também explica o desequilíbrio em épocas peculiares. A questão estava no dinamismo que os espaços vazios, expulsos ou preados os indígenas, permitiam. O dinamismo, nos momentos iniciais de estabelecimento, levava a demanda por trabalhadores que se exprimia na passagem rápida para a escravidão de descendentes de africanos. O mesmo dinamismo, no período do tráfico ilegal, conduziu ao recurso do tipo “fim de festa” aos africanos.

Além da questão do dinamismo para o mercado interno, em sua relação com a estrutura etário-sexual da população cativa, a oferta alargada de terras afetava a vida dos

escravos de outras maneiras. Aquela oferta é de grande auxílio na hora de compreender-se o recurso à pecuária como atividade central. Afinal, era quase que a mais extensiva de todas as ocupações.

É claro que a adoção da pecuária era limitada pela disponibilidade de recursos para a aquisição de animais. Mas podemos ter certeza de que proprietários de escravos não tinham um problema com isso. Na década de 1850, enquanto o preço de um escravo homem adulto (15 a 39 anos) oscilava ao redor de 500\$000, o das vacas girava em torno de cinquenta vezes menos que isso (entre 7\$000 e 10\$000)²². Além do mais, a criação de gado era socialmente difusa. Até cabeças de domicílio descendentes de libertos a praticavam em pequena escala.

A pecuária era a atividade mais ligada ao uso de escravos. A comparação com o mate, tendo em vista a hipótese correlata de que essa atividade, a mais chamativa de todas as que levavam ao porto de Paranaguá, era a concentradora dos cativos paranaenses. Podemos nos aproximar da questão através de dados da segunda metade do século XIX, mais especificamente os inventários *post mortem* processados na vila de São José dos Pinhais. Dentre os 91 inventariados que haviam possuído escravos e que morreram entre 1852 e 1886, 91% tinham terrenos e/ou implementos ligados à criação de gado, ao passo que 95% os tinham conectados à agricultura do milho. A porcentagem dos que também possuíam recursos ligados à coleta ou ao processamento da erva mate também era grande, mas mostrava-se substancialmente menor, mal ultrapassando os 60%²³. Além do mais, a proporção dos possuidores de ervais era maior entre os possuidores de menos escravos. 62% dos escravistas com 1 a 4 cativos tinham ervais, enquanto somente 55% dos donos de mais de quatro cativos também tinham terrenos com congonha. De fato, a associação decisiva era aquela entre a escravidão, de um lado, e a combinação entre criação de gado e agricultura do milho, de outro lado.

Considerações finais

A população crescia intensamente, mas não pressionava de modo decisivo as possibilidades de acesso à terra. De maneira análoga, percebem-se muitos sinais de que homens livres pobres tinham acesso à terra e a ocupações autônomas, mas aqueles sinais aparecem contíguos a indicadores de forte concentração dos outros fatores produtivos, especialmente aqueles ligados à provisão de força de trabalho dependente e ao exercício de atividades comerciais de maior fôlego. O dinamismo derivado do avanço sobre baldios explica que ambas as coisas pudessem ocorrer ao mesmo tempo. De outra parte, não se deve deixar de lembrar que exatamente a vizinhança de espaços abertos, expulsos

e/ou preados os índios, deve ter tido um papel na própria gestação do impulso para a concentração dos recursos ligados à obtenção de trabalho.

O dinamismo referido é de grande valia para que se compreendam características essenciais, inclusive as cambiantes, da população escrava. Quando, em ocasiões peculiares, tornaram-se necessárias maiorias masculinas na idade mais produtiva, isso não foi impedido, embora tenha sido limitado, pelo ritmo reduzido de acumulação, nem pelos fenômenos que às vezes parecem endossar o uso de expressões como “periferia da periferia”. Esse dinamismo também tornou possível que a implantação da escravidão africana fosse bem precoce.

A população livre brasileira crescia a um ritmo considerável durante o século XIX (por volta de 2% ao ano), em meio a amplos espaços vazios. É de se pensar, assim, para concluir, que a experiência paranaense pode ajudar a compreender muitos fenômenos que se passavam nesse ambiente mais amplo.

TABELAS E GRÁFICOS

Tabela 1: Descendentes de libertos na população e na chefia de fogos em Curitiba (1797) e Castro (1804, 1816 e 1835)

Curitiba, 1797 (excluídos São José dos Pinhais e a Lapa)					
Ano	A) N. de descendentes de forros	% de A) na população livre local	B) Domicílios chefiados por descendentes de libertos	% de B) no n. total de domicílios	% de migrantes internos em B)
1797	1088	21,3	181	18,2	-
Palmeira, 1835 (quarteirões de Curitiba próximos a Palmeira)					
Ano	A) N. de descendentes de forros	% de A) na população livre local	B) Domicílios chefiados por descendentes de libertos	% de B) no n. total de domicílios	% de migrantes internos em B)
1835	355	34,6	68	34,0	42,6
Castro, 1804-1835					
Ano	A) N. de descendentes de forros	% de A) na população livre local	B) Domicílios chefiados por descendentes de libertos	% de B) no n. total de domicílios	% de migrantes internos em B)
1804	1050	27,4	142	21,6	64,1
1816	870	24,4	131	19,8	23,7
1835	1513	26,3	309	27,5	23,8

Fontes: Carlos A. M. Lima, “Sertanejos e pessoas republicanas: livres de cor em Castro e Guaratuba (1801-1835)” *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, year 24, number 2, 2002, 329 e Arquivo do Estado de São Paulo. *Listas de habitantes de Curitiba, 1797 e 1835* (foram consultadas cópias microfilmadas pertencentes ao Departamento Estadual de Arquivo Público).

Tabela 2: Descendentes homens de libertos – posição na estrutura dos domicílios de acordo com as faixas etárias e em comparação com homens brancos (Curitiba e Castro, 1797-1835)

Curitiba 1797										
% em cada faixa etária										
	0 a 9 anos		10 a 19 anos		20 a 29 anos		30 a 49 anos		≥50 anos	
	Não-branco	Branco	Não-branco	Branco	Não-branco	Branco	Não-branco	Branco	Não-branco	Branco
Chefes c/ escravos	-	-	-	-	-	7	1	19	2	25
Chefes s/ escravos	-	-	2	2	34	40	75	65	88	70
Filhos com pais ou mães	75	89	74	89	41	46	9	11	-	1
Agregados	25	11	24	9	25	7	15	5	10	4
Totais (n° abs.)	100 (183)	100 (598)	100 (125)	100 (416)	100 (77)	100 (348)	100 (75)	100 (364)	100 (51)	100 (181)
Castro, 1835										
% em cada faixa etária										
	0 a 9 anos		10 a 19 anos		20 a 29 anos		30 a 49 anos		≥50 anos	
	Não-branco	Branco	Não-branco	Branco	Não-branco	Branco	Não-branco	Branco	Não-branco	Branco
Chefes c/ escravos	-	-	-	*	1	7	2	28	12	43
Chefes s/ escravos	-	-	4	2	44	50	83	62	76	52
Filhos com pais ou mães	78	92	63	89	29	34	3	5	-	-
Agregados	22	8	33	8	26	9	12	5	12	5
Totais (n° abs.)	100 (268)	100 (735)	100 (140)	100 (428)	100 (106)	100 (286)	100 (153)	100 (334)	100 (78)	100 (200)

* Menor que 0,5%.

Fontes: Arquivo do Estado de São Paulo. **Listas de habitantes de Curitiba e Castro, 1797-1835** (foram consultadas cópias microfilmadas pertencentes ao Departamento de História/UFPR e ao Departamento Estadual de Arquivo Público).

Tabela 3: Ocupações nos domicílios de descendentes de forros (Castro, 1835)

	Nº de fogos de descendentes de forros	% nos fogos de descendentes de libertos	total de fogos na ocupação/combinção
Criação e agricultura	15	5	89
Criação e agricultura + atividade remunerada para o Estado	3 (a)	1	6
Criação de gado	2	1	11
Criação + atividade remunerada para o Estado	-	-	1
Negociantes/comerciantes	3	1	71
Negociantes/comerciantes + planta para seu gasto	-	-	18
Negociantes/comerciantes + atividade remunerada para o Estado	-	-	1
Negociantes/comerciantes + atividade remunerada para o Estado + planta para seu gasto	-	-	1
Negociantes/comerciantes + atividade eclesiástica	-	-	2
Negociantes/comerciantes + agricultura	2	1	58
Negociantes/comerciantes + criação	-	-	5
Negociantes/comerciantes + criação + planta para seu gasto	-	-	2
Negociantes/comerciantes + criação + agricultura	-	-	3
Agricultura	38	12	253
Agricultura + agências	-	-	4
Agricultura + atividade remunerada para o Estado	1 (a)	*	2
Agricultura + jornais + atividade remunerada para o Estado	1 (c)	*	2
Agricultura + rendimentos	-	-	1
Vice de rendimentos	-	-	2
Religiosos	-	-	2
Artesanato + agricultura + negócios	-	-	1
Artesanato + agricultura + criação	1	*	3
Artesanato + agricultura	1	*	11
Artesanato + negócios/comércio	-	-	2
Artesanato	8	3	34
Artesanato + atividade remunerada para o Estado	1 (a)	*	1
Atividade remunerada para o Estado	3 (b)	1	6
Planta para seu gasto	29	9	48
Jornais + agricultura + criação	18	6	31
Jornais + criação + negócio/comércio	-	-	1
Jornais + agricultura	21	7	57
Jornais + criação	3	1	8
Jornais + criação + agências	1	*	1
Jornais	70	22	191
Jornais + planta para seu gasto	15	5	34
Jornais + planta para seu gasto + agências	-	-	1
Jornais + atividade remunerada para o Estado	1 (c)	*	2
Jornais + negócios (“ausentes”)	-	-	2
Tropeiros	1	*	1

(continua)

(continuação)

Agências + criação	-	-	1
Agências	4	1	25
Lavadores de roupa	1	*	1
Vive de esmolos	1	*	15
Sem informação	68	22	171
Total de domicílios	312	100	1182

* Menos que 0,5%.

(a) Pertenciam à tropa de linha.

(b) Dois deles recebiam soldos da tropa de linha. O terceiro era cirurgião ajudante da expedição de Guarapuava.

(c) “Oficial de justiça”.

Fonte: LIMA, Carlos A M. Vida social e hierarquia em duas vilas do Paraná no primeiro terço do século XIX. In: SANTOS, BARROS; FALCI (org.). **Espacialidades**. Rio de Janeiro: LESC, 2004, pp. 81-2.**Tabela 4: Indicadores de concentração de recursos nos campos de Curitiba e arredores (séculos XVIII e XIX)**

Local	Recurso	Índice de gini
Curitiba, 1731-1777 (1)	Posse de índios administrados	0,357
Curitiba, 1731-1777 (1)	Posse de escravos	0,350
Lages, 1789 (2)	Posse de escravos (todos os fogos)	0,797
Lages, 1789 (2)	Posse de escravos (só os fogos escravistas)	0,478
Lages, 1794 (2)	Posse de escravos (todos os fogos)	0,819
Lages, 1794 (2)	Posse de escravos (só os fogos escravistas)	0,548
Curitiba, 1797 (3)	Posse de escravos (todos os domicílios)	0,872
Curitiba, 1797 (3)	Posse de escravos (só os fogos escravistas)	0,517
Castro, 1835 (4)	Posse de escravos (todos os fogos)	0,855
Castro, 1835 (4)	Posse de escravos (só os fogos escravistas)	0,550
Castro, 1835 (4)	Rendimentos declarados (A)*	0,846
Castro, 1835 (4)	Rendimentos declarados (B)*	0,807
Campo Largo, 1872-1886 (5)	Riqueza inventariada (mil-réis constantes)	0,485
Campo Largo, 1872-1886 (5)	Escravos inventariados (todos os inventários)	0,740

(continua)

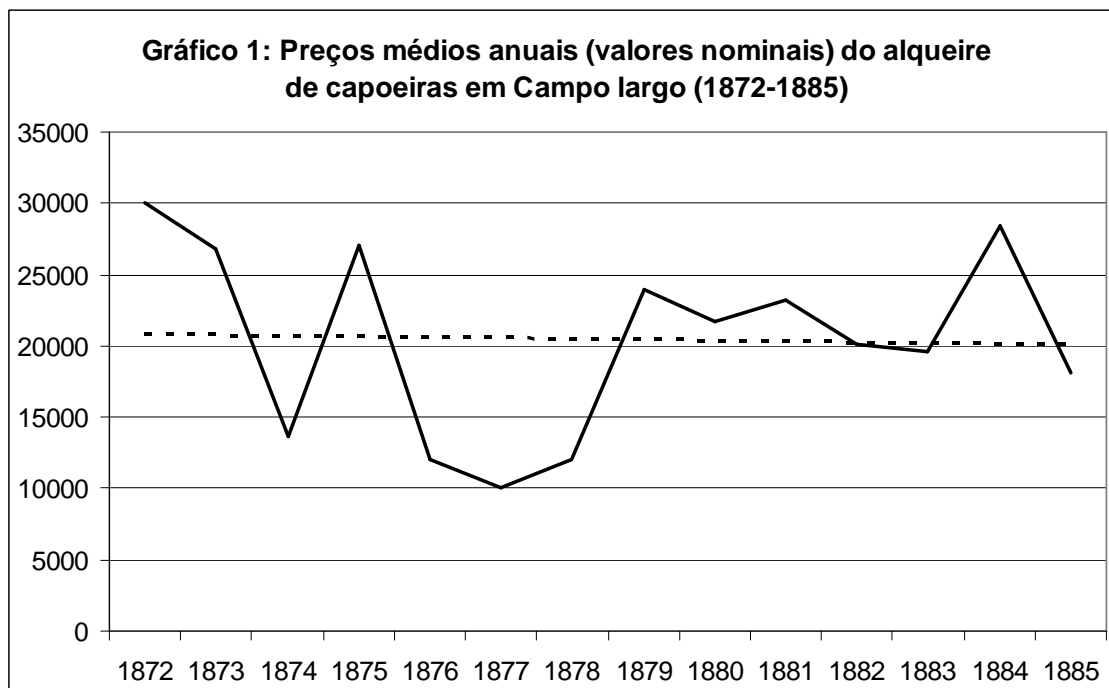
(continuação)

Campo Largo, 1872-1886 (5)	Escravos inventariados (só os inventários de escravistas)	0,367
Campo Largo, 1872-1886 (5)	Empates em bens de raiz (mil-réis constantes)	0,489
São José dos Pinhais, 1852-1886 (6)	Riqueza inventariada (mil-réis constantes)	0,605
São José dos Pinhais, 1852-1886 (6)	Escravos inventariados (todos os inventários)	0,821
São José dos Pinhais, 1852-1886 (6)	Escravos inventariados (só os inventários de escravistas)	0,418
São José dos Pinhais, 1852-1886 (6)	Empates em bens de raiz (mil-réis constantes)	0,596

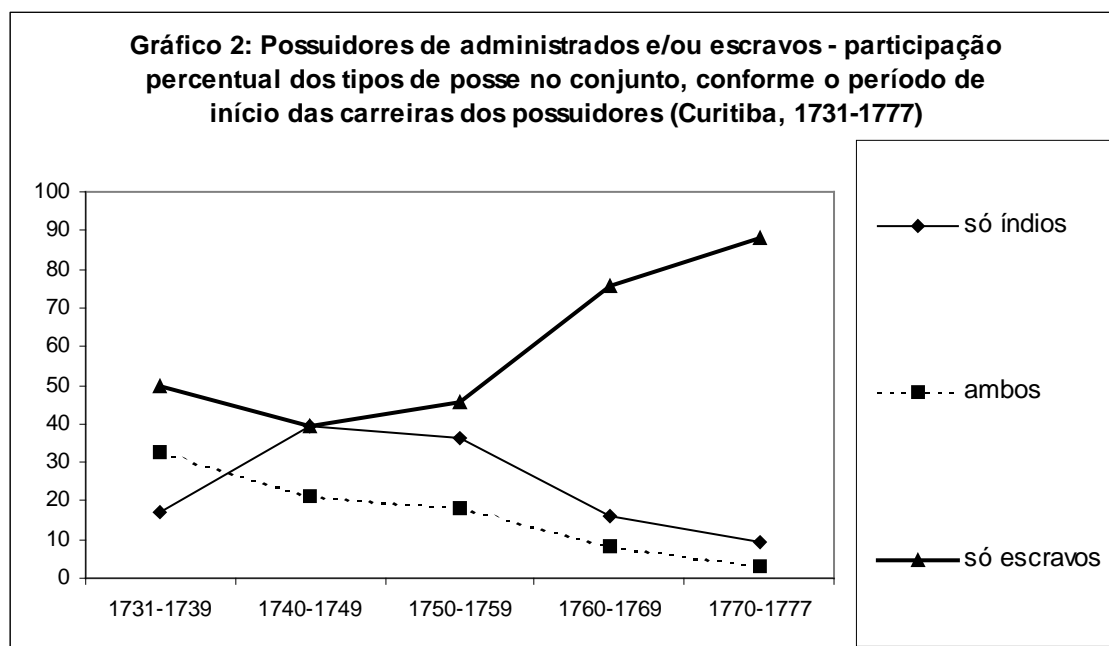
* Em relação aos rendimentos, algumas escolhas tiveram que ser feitas. Primeiramente, só foram considerados os distritos nos quais o juiz de paz incluiu na lista nominativa os rendimentos de ao menos um fogo. Assim, só foram considerados quatro dos seis distritos de Castro (1, 2, 3 e 5). Em segundo lugar, mesmo nestes distritos a proporção dos que declararam rendimentos foi baixa (só um terço dos fogos o fez). Os dados, então, foram usados segundo duas hipóteses. Uma delas (A) é a de que o rendimento nos fogos onde ele não foi declarado foi igual a zero mesmo. A outra (B) foi a de que o rendimento nos fogos onde o dado não consta teria sido, em todos eles, igual ao menor rendimento declarado em toda Castro (7\$000). Calculou-se um índice de gini para cada situação hipotética.

Fontes:

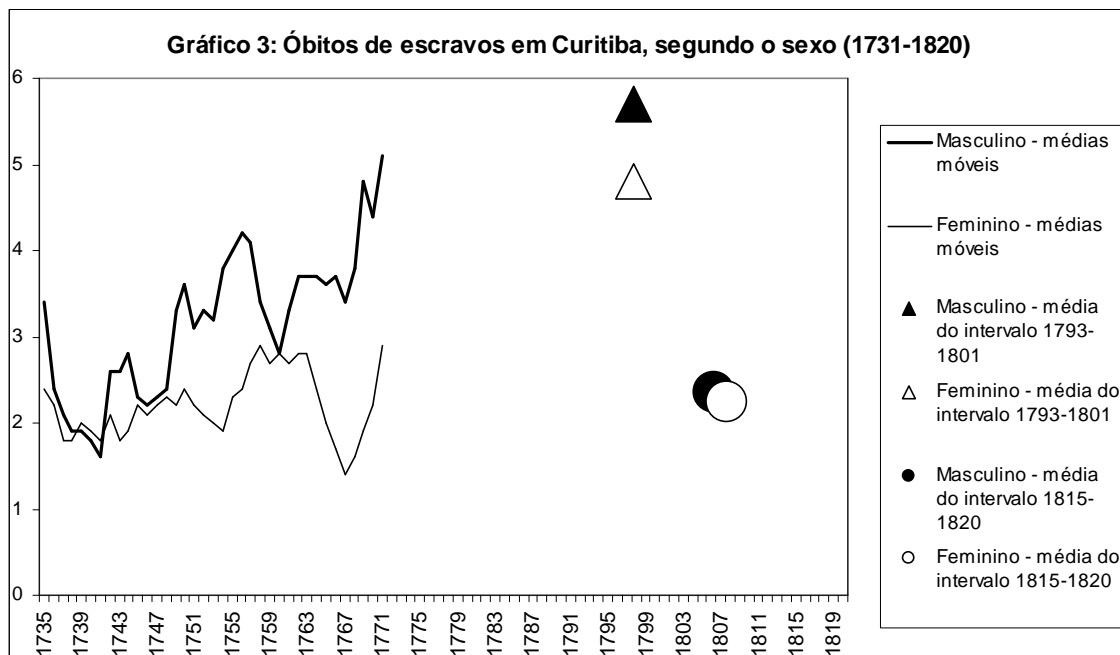
1. Paróquia de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba. **Assentos de Óbitos, 1731-1777**.
2. Baseado nas listas transcritas em FERREIRA, Tito Livio. O governo do Morgado de Mateus e os censos das ordenanças da capitania de São Paulo. In: **Anais do Museu Paulista**. t. XIV, 1950.
3. Arquivo do Estado de São Paulo. **Listas de habitantes de Curitiba, 1797** (cópias pertencentes ao Departamento Estadual do Arquivo Público).
4. Arquivo do Estado de São Paulo. **Listas de habitantes de Castro, 1835** (cópias pertencentes ao Departamento de História da UFPR).
5. Vara Cível de Campo Largo. **Inventários post mortem, 1872-1886**.
6. 2ª Vara Cível de São José dos Pinhais. **Inventários post mortem, 1852-1886**.



Fontes: Vara Cível de Campo Largo. *Inventários post mortem, 1872-1885*.



Fontes: Dados recolhidos no âmbito das seguintes pesquisas: MOURA, Ana Maria da Silva e LIMA, Carlos. *Devoção e incorporação*. Curitiba: Peregrina, 2002 e TAVARES, Aroldo. *Do Puru-zu-tim ao rito fúnebre barroco: a incorporação de administrados à sociedade colonial (Curitiba, 1731-1777)*. Monografia de Conclusão de Curso de História, UFPR, 2003.



Fontes: Dados recolhidos no âmbito das seguintes pesquisas: MOURA, Ana Maria da Silva e LIMA, Carlos. **Devoção e incorporação**. Curitiba: Peregrina, 2002 e TAVARES, Aroldo. **Do Puru-zu-tim ao rito fúnebre barroco: a incorporação de administrados à sociedade colonial (Curitiba, 1731-1777)**. Monografia de Conclusão de Curso de História, UFPR, 2003.

¹ SILVA, Joaquim Norberto de Souza e. **Investigações sobre os recenseamentos da população geral do Império e de cada província de per si tentados desde os tempos coloniais até hoje**. São Paulo: IPE-USP, 1986 (ed. Fac-similada do original de 1870), p. 117.

² Pode-se detectar alguma influência de dois trabalhos clássicos, embora bem diferentes entre si: CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional**. 2ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977 e GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo: Ática, 1980.

³ As melhores referências quanto a isso são os trabalhos de Horacio Gutiérrez e de Francisco Vidal Luna. Ver GUTIERREZ. Crioulos e africanos no Paraná, 1798-1830. In: **Revista Brasileira de História**. v. 8, n. 16, 1988, GUTIERREZ. Demografia escrava numa economia não-exportadora: Paraná, 1800-1830. In: **Estudos econômicos**. 17(2), 1987 e LUNA, Francisco Vidal. Casamentos de escravos em São Paulo: 1776, 1804, 1829. In: NADALIN, Sergio Odilon; MARCÍLIO, Maria Luiza; BALHANA, Altiva Pillati (org.). **História e população**. São Paulo: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados, 1990.

⁴ Sobre isso, LIMA, Carlos A. M. Sobre as posses de cativos e o mercado de escravos em Castro (1824-1835): perspectivas a partir da análise de listas nominativas. In: **V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História de Empresas – Anais**. Belo Horizonte: ABPHE, 2003.

⁵ LIMA, Carlos A. M. Os patrimônios e o declínio da escravidão no Paraná (São José dos Pinhais, 1852-1886). In: **VI Congresso Brasileiro de História Econômica e 7ª Conferência Internacional de História de Empresas – Anais**. Conservatória: ABPHE, 2005.

⁶ Ver FIBGE. **Estatísticas Históricas do Brasil**. 2ª ed., Rio de Janeiro, FIBGE, 1990, p. 32.

⁷ LIMA, Carlos A. M. Os patrimônios e o declínio. Obra citada.

⁸ LASLETT, Peter e WALL, R. (org.). **Household and family in past time**. Cambridge: Cambridge U. P., 1972, pp. 57-58, 82.

⁹ KLEIN, Herbert & PAIVA, Clotilde A. Freedmen in a Slave Economy: Minas Gerais in 1831. In: **Journal of Social History**. vol. 29, nº 4, 1996.

¹⁰ Ver PETRONE, Pasquale. **Aldeamentos paulistas**. São Paulo: Edusp, 1995, p. 187, e, mais amplamente, MONTEIRO, John. **Negros da terra**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

¹¹ Vide SCHWARTZ, Stuart B. **Slaves, peasants, and rebels**. Urbana/ Chicago: University of Illinois Press, 1992, p. 145.

¹² Cf. BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Autoridade e conflito no Brasil Colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo**. São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1978, pp. 40, 103. Brasil Pinheiro Machado, talvez embaraçado com a mesma questão que aflige quem, hoje em dia, olha a questão das procedências dos administrados em Curitiba, aventou, em caráter tentativo, que os carijós administrados em Curitiba vieram com povoadores paulistas. Por outro lado, a categoria “gentio de guerra”, que ele encontrou nas fontes, foi interpretada por ele como indicando “botocudos e coroados”. Cf. MACHADO, Brasil Pinheiro. Terceiro caderno: A formação da estrutura agrarian tradicional dos Campos Gerais. In: **Três cadernos de História, idéias e reflexões**. Curitiba: Arte e Letra, 2002, p. 77.

¹³ ALDEN, Dauril e MILLER, Joseph C. Out of África: the slave trade and the transmission of smallpox to Brazil, ca. 1560 – ca. 1830. In: **Journal of Interdisciplinary History**. V. 18, n. 1, 1987.

¹⁴ Ver PETRONE, Pasquale. **Aldeamentos paulistas**. São Paulo: Edusp, 1995, p. 79.

¹⁵ BOUGAINVILLE, L. A. **Viaje alrededor del mundo por la fragata del Rey La “Boudeuse” y la fusta la “Estrella” en 1767, 1768 y 1769**. 4ª ed., Madrid: Espasa-Calpe, 1966, p. 34.

¹⁶ Sobre equilíbrio entre os sexos, ver GUTIERREZ. Demografia escrava. Obra citada. Vide também LUNA, Francisco Vidal Luna e COSTA, Iraci del Nero da. Posse de escravos em São Paulo no início do século XIX. In: **Estudos econômicos**. v. 13, n. 1, 1983, BURMESTER, Ana Maria de Oliveira. Estado e população: o século XVIII em questão. In: **Revista Portuguesa de História**. n. 33, 1999 e PENA, Eduardo Spiller. **O jogo da face**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999.

¹⁷ LIMA, Carlos A. M. Sobre a posse de cativos. Obra citada.

¹⁸ Paróquia de Nossa Senhora da Piedade de Campo Largo. **Assentos de batismo, 1832-1842**.

¹⁹ GÓES, José Roberto. **O cativo imperfeito**. Vitória: Lineart, 1993, p. 59.

²⁰ Cf. FLORENTINO e GÓES. **A paz das senzalas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997, p. 63.

²¹ Sobre capacidade semelhante demonstrada por outra localidade paranaense diante dos mesmos estímulos, e igualmente sem que as compras ocasionais tenham influído de modo duradouro na composição por procedência da população escrava local, ver LIMA. Sobre as posses de cativos. Obra citada.

²² Ver 2ª Vara Cível de São José dos Pinhais. **Inventários post mortem, 1852-1859**.

²³ Cartório da 2ª Vara Cível de São José dos Pinhais. **Inventários post mortem, 1852-1886**.